

Emagrecedores fora das prateleiras

A proibição da venda dos medicamentos à base de anfetamina começou a valer ontem em todo o país, mas a procura pelos produtos continua nas farmácias do DF. A vigilância sanitária não tem data para iniciar a fiscalização

» GRASIELLE CASTRO

Válida desde ontem, a proibição da venda de emagrecedores derivados de anfetamina parece não ter inibido os consumidores. De acordo com Gedilson Alves, gerente de uma drogaria na 302 Sul, em Brasília, não houve queda na procura por anfepramona, femproporex e mazindol, recolhidos na semana passada. "Para os clientes, nada mudou. Eles continuam perguntando se temos o remédio da mesma forma que faziam há dois meses", conta. A procura se repetiu pela rua conhecida por concentrar farmácias. A proibição do comércio, estipulada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em 6 de outubro e publicada quatro dias depois, deu 60 dias de prazo para que os remédios fossem retirados das prateleiras. A fiscalização, que fica por conta das vigilâncias sanitárias estaduais e municipais, porém, não tem nenhuma norma específica para começar a agir.

No Distrito Federal, por exemplo, a vigilância sanitária só vai começar a examinar se a restrição está sendo cumprida no ano que vem, mas não tem data definida para o início do procedimento. Em nota enviada ao Correio, a Diretoria de Vigilância Sanitária do DF informou que, no momento, o órgão está "montando sua programação anual e que, no próximo ano, vai priorizar fiscalizações em estabelecimentos farmacêuticos". A multa para os que insistirem em vender anorexígenos vai de R\$ 2 mil a R\$ 1 milhão, além de um processo administrativo que pode levar ao cancelamento da licença de funcionamento do estabelecimento.

A Anvisa passou mais de um ano discutindo o destino dos emagrecedores e, depois de estudos e audiências públicas, resolveu suspendê-los com o argumento de que os benefícios são menores que os efeitos colaterais. Apenas o comércio da sibutramina está liberado. Ainda assim, com restrições. Dados da agência mostram que, em um ano, são consumidos no Brasil cerca de 58t de produtos à base de anfetamina e 24t de sibutramina. Segundo a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (Sbem), a medida atinge 1,1 milhão de brasileiros.

Bruno Peres/CB/D.A Press - 2/12/11



Fernanda Pio tomou dois dos três medicamentos proibidos, mas voltou a engordar

Efeitos diversos

Apesar de a sibutramina aparecer como uma opção aos anfetamínicos, os remédios têm ações distintas no organismo. Enquanto os que foram proibidos inibem a fome, a sibutramina dá sensação de saciedade. Já antes da proibição da Anvisa, o uso de emagrecedores era restrito à indicação médica aos pacientes com índice de massa corporal (IMC) acima de 30 e com foco no tratamento integral.

Apesar da promessa de resultado fácil e rápido dos anfetamínicos, existem usuários que concordam com a agência e dizem que não vale a pena usá-los. Fernanda Pio, 29 anos, é um exemplo. A vontade de ficar esbelta a levou a usar dois dos três medicamentos proibidos. "O problema é que, depois que a gente para de tomar, o peso volta ao que era antes. Quando tomei anfepramona e femproporex, senti taquicardia, muito enjoo e a sensação de que alguma coisa ia dar errado. Essas coisas mexem com a cabeça", conta. Quando a advogada decidiu abrir mão dos anfetamínicos e tentar outro método para emagrecer, ela combinou a sibutramina a idas aos Vigilantes do Peso. "Eu achava que ia facilitar a dieta, mas não deu certo. Colocando na balança, não compensa", afirma.

Médicos questionam

O Conselho Federal de Medicina (CFM) defende o uso dos inibidores de apetite e entrou na Justiça contra a decisão da Anvisa, mas teve o recurso negado na primeira instância. Os médicos, entretanto, aguardam a revisão da decisão, que tramita no Tribunal Regional Federal. Nutrólogo e vice-presidente do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal, Dimitri Homar alega que a decisão é exagerada. "Esses remédios estão no mercado há mais de 50 anos, não existe nenhum caso de óbito decorrente do uso e, em 2000, a Anvisa fez um estudo atestando a eficácia deles", critica.

Dimitri ressalta que a obesidade é uma doença crônica, que precisa de tratamento constante. "Essas substâncias eram usadas em 70% dos casos de obesidade. Sem elas no mercado, os profissionais ficam sem opção. Com isso, podem aumentar os casos de diabetes, hipertensão e derrame, que são decorrentes da doença." Outro possível problema decorrente da decisão, aponta o nutrólogo, é o aumento da pirataria. "A gente consegue achá-los facilmente pela internet. Em vez de suspender o uso, a Anvisa deveria ter apertado o cerco contra quem compra o remédio sem o aval de um médico", sugere.

Entenda o caso

Dúvida sobre a sibutramina

Os debates sobre o uso dos anorexígenos ganharam força no fim do ano passado, após a agência norte-americana que regula medicamentos ter recomendado a suspensão da sibutramina nos Estados Unidos. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) iniciou, então um debate sobre o caso. No início, defendia a retirada dos emagrecedores à base de anfetaminas das prateleiras das farmácias — alegando que os riscos do uso dessas substâncias superavam os benefícios —, e tinha dúvidas sobre a sibutramina, considerada "segura, bem identificada e conhecida".

A agência decidiu manter a comercialização da substância, mas adotou novas medidas para o uso. Tanto o paciente quanto o médico deverão assinar um termo se comprometendo ao uso responsável do medicamento. Isso inclui a suspensão dele caso o paciente não tenha resultados expressivos após quatro semanas de uso. O novo procedimento será acompanhado por 12 meses. Após esse período, a comercialização do produto voltará a ser discutida.

A venda de emagrecedores com sibutramina foi na Europa no início do ano passado. A agência reguladora europeia alegou, na época, que trabalhos científicos indicavam o aumento do risco de problemas cardiovasculares em pacientes que usavam a sibutramina. No Canadá e na Austrália, a venda da substância também é proibida. (GC)